



# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

### Poder Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 19ª Legislatura

### Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Carlão Pignatari  
Luiz Fernando  
Rogério Nogueira

Presidente  
1º Secretário  
2º Secretário

Wellington Moura  
André do Prado  
Professor Kenny

1º Vice-Presidente  
2º Vice-Presidente  
3º Vice-Presidente

Caio França  
Léo Oliveira  
Bruno Ganem

4º Vice-Presidente  
3º Secretário  
4º Secretário

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 131 • Número 123 • São Paulo, terça-feira, 6 de julho de 2021

www.imprensaoficial.com.br

## Expediente

5 DE JULHO DE 2021

### OFÍCIOS

DIVERSOS  
Nº 735/2021, do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 659/21.

## Debates

29 DE JUNHO DE 2021

57ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CARLÃO PIGNATARI, GILMACI SANTOS e DELEGADO OLIM

### RESUMO

ORDEM DO DIA  
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Abre a sessão. Coloca em votação o PL 265/21. Coloca em votação requerimento de método ao PL 265/21.  
2 - CARLOS GIANNAZI  
Encaminha a votação do requerimento de método ao PL 265/21, em nome do PSOL.  
3 - JANAINA PASCHOAL  
Para questão de ordem, faz questionamentos a respeito do método de votação ao PL 265/21.  
4 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Responde a dúvida da deputada Janaina Paschoal.  
5 - PROFESSORA BEBEL LULA  
Encaminha a votação do requerimento de método ao PL 265/21, em nome do PT.  
6 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Coloca em votação e declara aprovado o requerimento de método de votação ao PL 265/21. Coloca em votação e declara aprovado o PL 265/21, salvo emendas e subemendas. Informa que a deputada Professora Bebel Lula solicitou uma verificação de votação. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema "Vota Alesp". Informa as seguintes obstruções ao processo de votação do item 1 do requerimento de método: PT, PL, PSB, Republicanos, PSOL, Novo, PSL, PSD, Gil Diniz, PSL, PP, Valéria Bolsonaro, Podemos, PSDB e DEM. Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do PL 265/21, salvo emendas e subemendas.  
7 - SARGENTO NERI  
Para comunicação, informa que no dia 25/05, foi enviado e-mail informando que seria vice-líder do Solidariedade.  
8 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Informa que irão procurar o e-mail enviado e corrigir o erro.  
9 - PROFESSORA BEBEL LULA  
Para questão de ordem, questiona qual será o item 2 do requerimento de método de votação.  
10 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Responde o questionamento da deputada. Coloca em votação o item 2 do requerimento de método ao PL 265/21.  
11 - JANAINA PASCHOAL  
Encaminha a votação do item 2 do requerimento de método ao PL 265/21, em nome do PSL.  
12 - GILMACI SANTOS  
Assume a Presidência. Informa que o e-mail enviado pelo deputado Sargento Neri foi localizado, mas que não havia sido específico sobre o assunto. Ressalta que o deputado Alexandre Pereira havia enviado e-mail sobre a filiação do deputado, juntamente com a indicação para a vice-liderança. Orienta o deputado Alexandre Pereira para que envie um e-mail específico para indicá-lo à vice-liderança.  
13 - SARGENTO NERI  
Encaminha a votação do item 2 do requerimento de método ao PL 265/21, em nome do Solidariedade.  
14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Assume a Presidência.  
15 - PAULO LULA FIORILO  
Encaminha a votação do item 2 do requerimento de método ao PL 265/21, em nome da Minoria.  
16 - ENIO LULA TATTO  
Encaminha a votação do item 2 do requerimento de método ao PL 265/21, em nome do PT.  
17 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Coloca em votação e declara aprovado o item 2 do requerimento de método de votação ao PL 265/21. Informa que o deputado Carlos Giannazi solicitou verificação de votação. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema "Vota Alesp". Discorre sobre a participação do major Vilardi na Comissão de Constituição e Justiça em Brasília, falando sobre Segurança Pública. Diz que vale a pena assistir. Cumprimenta o major. Considera muito bom ter um oficial deste gabarito em São Paulo. Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação das emendas nºs 118, 122, 130, 542, 555, 556,

575, 797, 867 e 870; emenda "A" do Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; e subemendas de nº 1 a 13, do Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento englobadamente. Coloca em votação o item 3 do método de votação ao PL 265/21.  
18 - CARLOS GIANNAZI  
Encaminha a votação do item 3 do requerimento de método ao PL 265/21, em nome do PSOL.  
19 - DELEGADO OLIM  
Assume a Presidência.  
20 - PROFESSORA BEBEL LULA  
Para comunicação, confirma se serão votadas neste item todas as emendas englobadamente. Pede que sua bancada vote "sim" nas emendas, que foram rejeitadas. Considera as mesmas importantes para o aprimoramento do Orçamento.  
21 - MARINA HELOU  
Encaminha a votação do item 3 do requerimento de método ao PL 265/21, em nome da Rede.  
22 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Assume a Presidência. Coloca em votação e declara rejeitado o item 3 do requerimento de método de votação ao PL 265/21. Informa que a deputada Professora Bebel Lula solicitou verificação de votação. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema "Vota Alesp".  
23 - VINÍCIUS CAMARINHA  
Para comunicação, pede que os deputados votem "não" neste item.  
24 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Informa que os deputados Ricardo Mellão e Gil Diniz declararam voto favorável às suas emendas. Anuncia o resultado da verificação de votação, que rejeita as demais emendas, englobadamente. Informa a declaração de voto contrário dos deputados Murilo Felix e Rodrigo Moraes; e voto favorável da deputada Janaina Paschoal às emendas do PSL e seus deputados individualmente. Convoca os Srs. Deputados para uma reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se um minuto após o término desta sessão. Retifica a convocação da segunda sessão extraordinária virtual, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.  
25 - PROFESSORA BEBEL LULA  
Declara voto favorável às emendas da bancada do PT, assim como as de autoria individual dos deputados de sua bancada.  
26 - GILMACI SANTOS  
Para comunicação, informa que os deputados da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento receberam um link para entrar na reunião a realizar-se agora.  
27 - LETICIA AGUIAR  
Declara voto favorável às emendas de sua autoria.  
28 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI  
Lembra a realização da segunda sessão extraordinária em ambiente virtual, a realizar-se hoje, às 12 horas e 47 minutos. Encerra a sessão.  
\* \* \*  
- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari  
\* \* \*  
- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*  
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e declara aberta a 57ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual.  
Em votação o Projeto de lei nº 265, de 2021, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.  
Há sobre a mesa um requerimento de método de votação. Em votação, o requerimento. As senhoras e senhores que tenham interesse em encaminhar a votação, queiram manifestar-se no chat. Eu gostaria que colocasse no chat o roteiro de votação. Para encaminhar, pela liderança do PSOL, o deputado Carlos Giannazi.  
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia. Sr. Presidente, só antes de fazer o encaminhamento, eu queria fazer um pedido a V. Exa. em relação ao estacionamento da frente da Assembleia Legislativa. Vossa Excelência sabe, e todos os deputados também. Inclusive, não é só uma reivindicação minha, mas vários deputados e deputadas já fizeram gestões em relação ao que está acontecendo.  
A Prefeitura colocou, no ano passado, Zona Azul na frente da Assembleia Legislativa. Prejudica centenas e talvez milhares de pessoas que frequentam a Assembleia Legislativa, e muita gente que vem do interior, da Grande São Paulo, da Baixada Santista, que não tem os aplicativos.  
Essas pessoas são multadas porque não conseguem nem pagar. Elas até querem pagar a Zona Azul, mas não conseguem acionar os aplicativos da Prefeitura. Isso tem impedido e prejudicado a participação das pessoas aqui na Assembleia Legislativa.  
Então faço um pedido para que V. Exa. tome providências no sentido de conversar com o prefeito, Ricardo Nunes, com a CET, para que eles retirem a Zona Azul da frente. Aliás, das ruas em torno da Assembleia Legislativa, porque isso afronta a participação popular, a presença de pessoas na Assembleia Legislativa.

Agora, logicamente, estamos em pandemia. Mas, quando voltarmos à normalidade, isso vai impedir e já tem impedido a presença das pessoas nas reuniões, mesmo nas visitas, nas conversas com os deputados e deputadas.  
Então fica aqui o nosso apelo e a nossa reivindicação, que não é só minha, mas de vários deputados e várias deputadas. Privatizaram a frente da Assembleia Legislativa, do Poder Legislativo, impedindo as pessoas, dificultando a presença do povo na Casa do povo. O que é um absurdo. Então fica aqui o nosso apelo, a nossa reivindicação.  
Sr. Presidente, eu queria fazer (Vozes sobrepostas.)  
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Um minuto. Segura o tempo do deputado, por favor. Deputado Giannazi, eu vou fazer uma gestão junto à CET e ao prefeito Ricardo Nunes, pedindo que se retire a Zona Azul nos entornos da Assembleia Legislativa de São Paulo. Tá bom?  
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, então, neste primeiro encaminhamento Na verdade, são vários encaminhamentos. Tem roteiro, tem os itens todos que serão encaminhados. Mas eu queria, primeiro, registrar o nosso voto contrário ao projeto da LDO, por vários motivos.  
Eu já tinha elencado alguns deles na semana passada, porque, como eu tenho colocado, esse projeto de LDO é anti-popular, antidemocrático. Ele não atende as necessidades e os interesses da população. O que, em muitos aspectos, me chama muito a atenção, nesse projeto de LDO, é que ele, nas suas metas fiscais, já sinaliza que haverá mais renúncia fiscal no estado de São Paulo.  
Haverá, na prática, mais canalização do nosso dinheiro, do dinheiro do povo, do Orçamento, dos nossos impostos, para os grandes empresários, para as grandes empresas, sem contrapartida.  
Isso é tão grave que até mesmo o Tribunal de Contas do Estado, que é um puxadinho do governo estadual, e sempre foi, dos governos, até o TCE está reclamando. Olha que absurdo. O Tribunal de Contas, reclamar, é porque é grave a situação.  
Então as previsões, que estão nas metas daquele anexo, elas são tenebrosas do ponto de vista da renúncia fiscal. No ano que vem, para 2022, me parece que são mais de 57 bilhões de reais, a previsão de renúncia fiscal.  
Isso vai aumentando em 2023 e até 2024. São quase 200 bilhões nos três anos: 2022, 2023 e 2024. Quase 200 bilhões de reais, do dinheiro público, sendo canalizado em renúncia fiscal, para esses grandes setores econômicos.  
É assustador. Então o governo pratica renúncia fiscal em benefício dos grandes empresários, dos grandes negócios, sem contrapartida clara para o Estado. Mas não faz contrapartida para os aposentados e pensionistas. Olha que absurdo: para os servidores, que estão com os salários archoados e defasados.  
Então ele arrocha os trabalhadores do Estado, as trabalhadoras do Estado, os servidores de todas as áreas: da Educação, da Saúde, do sistema prisional, enfim. Mas beneficia, com dinheiro público, através da renúncia fiscal, esses grandes empresários do estado: as empresas telefônicas, os grandes frigoríficos. Eu já mostrei inúmeras vezes os setores que são beneficiados com essa renúncia fiscal.  
Por que não faz renúncia fiscal também com os trabalhadores e as trabalhadoras, com os aposentados e pensionistas?  
Ele não faz renúncia fiscal em relação ao IPVA das pessoas com deficiência. Por que não faz renúncia fiscal para reduzir o preço da passagem do Metrô, da CPTM, da EMTU? Por que esse governo só faz renúncia fiscal com o capital, com os ricos, com os poderosos, com os donos do poder econômico do Estado?  
E arrocha os mais fracos. Repito: aposentados e pensionistas. Está aí o Decreto nº 65.021, que já fez aniversário. É um ano de confisco, um ano de roubo, de assalto aos aposentados e pensionistas.  
Até o estado de Alagoas já está revendo isso. O estado de Alagoas, o governo já encaminhou um projeto, que será votado nos próximos dias, na Assembleia Legislativa de Alagoas. E o governo diz que já durante a pandemia, em Alagoas, o governo já conseguiu, segundo ele, equilibrar um pouco as contas.  
Eu fico pensando. Se o estado de Alagoas, que é um estado pobre, que não chega nem perto do Orçamento de São Paulo, conseguiu equilibrar, por que São Paulo não conseguiu também até agora resolver essa situação?  
Sendo que, em vários momentos, o governo, quando interessa, diz que não há déficit, que São Paulo aumentou a sua arrecadação, que não tem crise fiscal no estado de São Paulo.  
A todo momento o governo diz isso na "Folha de S. Paulo", na grande imprensa, para mostrar que é diferente do governo federal e do restante do Brasil. Então, quando interessa, o governo diz que não tem crise fiscal, que o PIB aqui está crescendo. Agora, quando é para arrochar os aposentados, pensionistas, a população e os servidores, daí São Paulo está em crise, tem crise fiscal.  
Então eu queria fazer esse primeiro comentário: a questão da renúncia fiscal. São bilhões de reais que são previstos de renúncia fiscal para, repito, os grandes empresários. E para a população?  
As pessoas podem falar "vai gerar emprego". Não, eles não provam. Não tem transparência nenhuma disso. Nem o Tribunal de Contas tem acesso, de tão grave que é a situação da falta de transparência.  
Então nós defendemos que haja a renúncia fiscal para os aposentados e pensionistas, para quem precisa da isenção do IPVA, para o pessoal com deficiência, para as tarifas do transporte público, para o usuário. Esse tem que ter a renúncia fiscal, porque é ele que produz a riqueza do estado.  
É o trabalhador, esse tem que ser beneficiado com o dinheiro público. Agora, beneficiar empresários, o grande capital do

estado de São Paulo, setores econômicos, empresas aéreas? A própria Assembleia aprovou um projeto de lei dando essa isenção fiscal. Isso é um absurdo.  
Então fica aqui a nossa posição contrária a esse projeto de LDO, que nada mais é que um projeto que canaliza recursos públicos dos nossos impostos, do dinheiro que a população paga, para o setor privado.  
Nós queremos dinheiro para o povo, governador Doria. Nós queremos dinheiro para os aposentados e pensionistas, os professores, o pessoal da Saúde, para os agentes de organização escolar, que têm um salário de mil reais por mês.  
Cadê? Tem que ter renúncia fiscal para esse setor, e não para os empresários, que já são beneficiados não só com as isenções do Estado, mas com isenções municipais, do governo federal. Então o nosso voto é contrário ao projeto de LDO.  
Muito obrigado.  
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Giannazi. Uma questão de ordem da deputada Janaina Paschoal.  
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Obrigada, presidente. Cumprimento V. Exa., e todos os colegas. Presidente, só para ter absoluta certeza. Olhando o método apresentado, e o que está sendo encaminhado, e que nós vamos votar, eu entendo que esse método é o que corporifica o relatório da deputada Damaris.  
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente, deputada.  
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Então eu queria só ter certeza se são as emendas acolhidas pela deputada. É isso mesmo, né?  
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Exatamente, deputada. Exatamente. Exatamente isso.  
A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Está perfeito. Obrigada, presidente.  
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputada Janaina. Para encaminhar, deputada Professora Bebel, pela liderança do PT.  
A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Deputadas líderes, e Srs. Deputados líderes também. Cumprimento todos que nos veem através da TV Alesp.  
Naturalmente, as pessoas, quando nos veem falar de Lei de Diretrizes Orçamentárias, mormente costumam achar que é mais uma lei, mais uma. Não é. É essa lei que estrutura a gestão de políticas públicas do estado de São Paulo. Isso é importante entender.  
Falo isso porque, quando a gente ia discutir o Orçamento na Apeoesp, e professor não é afeto a essa matéria, de áreas afins, eles falavam "passa os números aí". Não são os números, mas a questão que está por detrás dos números.  
Então, quando eu pego o anexo, apresentando a questão referente às diretrizes que serão tratadas na política pública da Educação, eu digo que está aquém daquilo que é necessário.  
Há muito tempo, desde quando começou o coronavírus, desde 23 de março de 2020, nós vínhamos numa tentativa de dizer o seguinte: "Não, o governo tem que apresentar um calendário de reforma para as escolas". Um calendário de reformas. Nós podemos ter o pós-pandemia, e terá, se Deus quiser.  
Não acho que isso veio para ficar. Não quero crer que não. Não quero crer nisso. Mas, de qualquer maneira, a volta não se torna segura porque as escolas, mesmo antes da pandemia, não estavam em ambientes seguros.  
Se falou "seguros em quê"? Violência? Não. Estou falando sanitariamente. Nós temos escolas. Eu não gosto muito de dizer, porque a impressão que eu vejo é que os alunos são como presidiários, mas quem constrói os vê dessa forma. São cadeiões.  
Uma escola bem construída. Tem um item chamado "escola bonita". O que é "bonita"? Uma escola teria que ser bem construída, e uma escola bem construída prevê um pátio. Ela prevê claridade. Ela prevê sonorização e, sobretudo, ventilação. Para quem estiver na escola e conviver com a pandemia, este é um ambiente saudável.  
O Instituto dos Arquitetos do Brasil, que é perito em analisar projetos arquitetônicos, de ambientes saudáveis, tais quais escolas e qualquer outro espaço que aglomera, apontou isso como perspectiva.  
Imagina que 82% das escolas não têm mais que dois banheiros, não têm mais que duas pias. Nós vamos ter um período educativo de higienização o tempo todo das mãos. Uma fila, para ir ao banheiro, vai formar fila.  
Então, nós estamos em um momento, quando você vai para a LDO, é tímida, muito tímida a proposta. Eu acho que ela teria que ser uma proposta que, de fato, fosse atender a totalidade das escolas. Eu não falo das escolas centrais. Eu, por exemplo, pego onde funciona a Secretaria de Estado da Educação.  
Esse é o modelo de consumo nosso. Lá foi uma escola, a Caetano de Campos. Mas foi escola enquanto a elite estudou lá. Quando o pobre foi para a escola, vários cadeiões que ficam nas periferias das escolas entram.  
Eu convido vocês, vão para uma escola. Eu pego a Renato, lá da OS Lapa, onde o índice de violência era altíssimo. Mas vão lá para cima daquele morro ver se aquela escola tem ambiente saudável. Não tem. E a Secretaria da Educação é um ambiente saudável. É até um jogo de palavras.  
Eu tenho dito para o secretário: "Faz o seguinte, vou mudar de lado, então. O senhor vai lá para o Renato, e a gente vem para a Secretaria de Estado da Educação". Nós vamos trabalhar em ambiente saudável, ou não vamos? Claro que vamos.  
Estamos também no momento de debater. Está prevista na LDO a digitalização nas escolas. Mas nós temos que ter uma digitalização que garanta mesmo, e a digitalização não